

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades, especialmente no setor de papel e celulose. A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são registradas na BM&F Bovespa. A sede social da Companhia está localizada na cidade de São Paulo-SP.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais foi autorizada pela Diretoria em 11 de março de 2016.

2.2. Normas publicadas ainda não vigentes

Não há normas, interpretações e/ou alterações de normas que a Companhia espera que possam gerar impacto relevante decorrente da aplicação em suas demonstrações financeiras.

3. Descrição das principais práticas contábeis

a) Apuração de resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

b) Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real sendo também sua moeda de apresentação.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor justo. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

d) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados na demonstração do resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. A Companhia não adota o *hedge accounting* previsto nos CPC's nº 38,39 e 40.

Ativos financeiros: São classificados entre as categorias abaixo de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda: os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como empréstimos e contas a receber, investimentos mantidos até o vencimento ou ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado. Os ganhos e perdas resultantes de ativo financeiro disponível para venda devem ser reconhecidos como outros resultados abrangentes.

A Companhia não mantém ativos financeiros que seriam classificados na categoria de Empréstimos (concedidos) e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento.

Passivos Financeiros: São classificados entre as categorias abaixo, de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

a) Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: Passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

b) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento, passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado e derivativos. A cada data de balanço são mensurados pelo seu

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em bases corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributáveis, vigentes na data do balanço e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

f) Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

g) Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Outros ativos são reconhecidos somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

h) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor a ser registrado nessas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: notas explicativas 7 - Títulos e Valores Mobiliários e 6 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

i) Demonstrações do valor adicionado ("DVA")

A Companhia elaborou a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Aplicações financeiras	<u>3.036</u>	<u>297</u>

Os equivalentes de caixa referem-se a aplicações financeiras em certificados de depósito bancário ("CDB") com liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2015, estas aplicações eram remuneradas a taxa média de 99,56% (100,08%, em 31 de dezembro de 2014) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Partes relacionadas

A Companhia registrou no ativo circulante, o crédito dos juros sobre capital próprio a receber, líquido do imposto de renda na fonte, da empresa relacionada Suzano Holding S.A., no montante de R\$ 113.

A Companhia registrou no passivo circulante, juros sobre capital próprio a pagar de R\$ 189 em 31 de dezembro de 2015 e dividendos mínimos obrigatórios propostos aos seus acionistas de R\$ 61 em 31 de dezembro de 2014.

A Companhia possui adiantamento para futuro aumento de capital recebido dos acionistas controladores, registrado no passivo não circulante de R\$ 1.458 em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos e creditados, registrados no resultado:

	31.12.15	31.12.14
Dividendos recebidos da Suzano Holding S.A.	157	-
JSCP creditados pela Suzano Holding S.A.	133	56
Dividendos recebidos da Suzano Papel e Celulose S.A.	164	75
	454	131

A Companhia não remunerou o seu Conselho de Administração e a sua Diretoria nos exercícios de 2015 e 2014, uma vez que a remuneração é suportada por outras sociedades controladas pelos acionistas da Companhia, das quais os administradores integram o Conselho de Administração e/ou a Diretoria.

6. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31.12.15	31.12.14
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	464	235
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	(158)	(80)
Créditos fiscais não constituídos sobre prejuízo fiscal e base negativa correntes	-	(16)
Constituição de créditos sobre prejuízos fiscais limitados a 30% dos impostos e contribuições diferidos passivos	-	69
Juros sobre capital próprio a pagar	75	-
Dividendos recebidos	109	45
Outros	17	-
	43	18
Imposto de renda e contribuição social corrente	(119)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	162	18
	43	18
Alíquota efetiva	9,27%	7,66%

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial referente ao valor justo dos instrumentos financeiros mantidos para venda foram calculados pela alíquota de 34% e não transitaram pelo resultado do exercício, e estão apresentados nas demonstrações do resultado abrangente.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	31.12.15	31.12.14
Imposto de renda		
Créditos sobre prejuízos fiscais	905	848
Créditos sobre diferenças temporárias	3	4
	908	852
Contribuição social		
Créditos sobre bases negativas da contribuição social	530	304
Créditos sobre diferenças temporárias	1	2
	531	306
Total ativo	1.439	1.158
Imposto de renda		
Correção de depósito judicial	-	171
Atualização dos ativos financeiros disponíveis para venda	4.908	2.656
	4.908	2.827
Contribuição social		
Correção de depósito judicial	-	62
Atualização dos ativos financeiros disponíveis para venda	1.767	956
	1.767	1.018
Total passivo	6.675	3.845
Total líquido passivo não circulante	5.236	2.687

c) Prejuízos fiscais e bases negativas a compensar

Os prejuízos fiscais do imposto de renda e as bases negativas da contribuição social, em 31 de dezembro de 2015, totalizaram R\$ 3.620 e R\$ 6.762, respectivamente, (R\$ 3.801 e R\$ 6.943 em 2014).

7. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários encontram-se substancialmente representados por ações das empresas Suzano Papel e Celulose S.A e Suzano Holding S.A, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços obtida na data do balanço.

Os eventuais ganhos e perdas são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Quant. Ações PN	31.12.15	31.12.14
Suzano Papel e Celulose S.A	643.450	12.026	7.239
Suzano Holding S.A	267.786	10.610	6.387
		22.636	13.626

8. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros, não diferem significativamente, do seu valor justo.

Os títulos e valores mobiliários nas empresas Suzano Papel e Celulose S.A e Suzano Holding S.A. são classificados como disponíveis para venda e são avaliados pelo seu valor justo. No período não ocorreram movimentações de compra e venda desses investimentos.

Para determinação dos valores de mercado de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e líquidos, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos que requeiram divulgações em conformidade com o CPC 38, 39 e 40.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

- O valor justo dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda é obtido através de preço de mercado cotado em mercados ativos.

A comparação entre o valor justo e o valor contábil dos instrumentos financeiros em aberto pode ser assim demonstrada:

	31.12.15		31.12.14	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	3.036	3.036	297	297
Ativos financeiros disponíveis para venda	22.636	22.636	13.626	13.626

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros calculados pelo valor justo estão apresentados de acordo com os níveis definidos a seguir:

- Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 – Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo.

	Valor justo em 31.12.15	Nível 1	Nível 2
Ativos			
Aplicações Financeiras	3.036	3.036	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	22.636	-	22.636
		3.036	22.636

	Valor justo em 31.12.14	Nível 1	Nível 2
Ativos			
Aplicações Financeiras	297	297	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	13.626	-	13.626
		297	13.626

Gestão do Capital

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de capital, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

9. Contingências

De acordo com a legislação vigente, os livros fiscais da Companhia estão sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais, retroativamente, por períodos variáveis de tempo, com referência aos tributos federais, estaduais, municipais e contribuições trabalhistas.

Tributação de ganho de capital na alienação de investimento – Auto de Infração.

Em dezembro de 2010, a Companhia foi autuada pela Receita Federal, que desconsiderou a redução de capital efetuada em 2007 para entregar aos seus acionistas as ações da Suzano Petroquímica S.A, em seu poder, como forma de viabilizar a alienação de referidas ações diretamente pelos acionistas à Petrobrás. A Receita Federal considerou que a venda das Ações SZPQ teria sido feita pela pessoa

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

jurídica. O valor do auto de infração foi de R\$ 3.880. Após discussão em âmbito administrativo, o auto foi integralmente cancelado por decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.

Dada a existência de depósitos judiciais vinculados à discussão administrativa acima resumida, os quais somavam R\$ 2.555 em dezembro de 2015 (em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 2.375), a Companhia requereu o levantamento da quantia em juízo, o que teve aquiescência da Procuradoria da Fazenda Nacional e foi deferido pela Justiça igualmente em dezembro de 2015. Com a liberação dos recursos, a discussão sobre a matéria está definitivamente encerrada.

10. Patrimônio líquido

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2015 o capital social da Companhia era de R\$ 3.000, composto de 74.000 ações ordinárias, sem valor nominal, detidas basicamente por pessoas físicas residentes no país. O estatuto social estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e a formação de uma reserva especial destinada a futuro aumento de capital, no montante de 90% do valor que remanescer após a apropriação da reserva legal e alocação dos dividendos, limitada a 80% do capital social, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. O saldo remanescente poderá ser destinado à Reserva Estatutária Especial com a finalidade de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, limitada a 20% do capital.

Ajuste de Avaliação Patrimonial

Os ganhos e perdas dos investimentos classificados como disponíveis para venda, avaliados pelo seu valor justo, são registrados na rubrica de Outros Resultados Abrangentes.

O declínio significativo ou prolongado no valor justo de investimento no instrumento patrimonial abaixo do seu custo será considerado uma perda no valor recuperável, e consequentemente, reclassificado de outros resultados abrangentes para o resultado do exercício.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

O cálculo dos dividendos propostos pela Administração, sujeito à aprovação na Assembleia Geral Ordinária, está demonstrado abaixo:

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Dividendos	31.12.15	31.12.14
Lucro líquido do exercício	<u>507</u>	<u>253</u>
Reserva legal	<u>(26)</u>	<u>(12)</u>
	<u>481</u>	<u>241</u>
Dividendo mínimo obrigatório proposto - 25%	120	60
Dividendos propostos	-	61
Juros sobre capital próprio líquido do imposto de renda na fonte	189	-

A Reunião do Conselho da Administração de 21 de dezembro de 2015 deliberou pagamento de Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$ 222, da conta de Reserva Estatutária Especial, sendo R\$ 3,00 o valor por ação ordinária, ex-direito a partir de 22 de dezembro de 2015, e pagamento a ser realizado até 31 de março de 2016.

11. Lucro por ação

a) Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias.

	31.12.15	31.12.14
Lucro líquido atribuível aos acionistas	507	253
Quantidade média das ações ponderadas no exercício	<u>74.000</u>	<u>74.000</u>
Lucro líquido básico por ação	<u>6,85135</u>	<u>3,41892</u>

À Companhia não apresenta ações potenciais que provocariam diluição.

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

12. Resultado financeiro, líquido

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Despesas financeiras		
Despesas com administração de ações	(5)	(5)
Outras despesas financeiras	(1)	(1)
Receitas financeiras		
Atualizações monetárias	225	187
Rendimentos das aplicações financeiras	49	30
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	<u>(14)</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>254</u></u>	<u><u>211</u></u>

13 – Despesas gerais e administrativas

	<u>31.12.15</u>	<u>31.12.14</u>
Honorários advocatícios	128	-
Despesas de Companhia Aberta na CVM	49	41
Despesas com publicação de balanço e atas	46	46
Outras despesas	<u>21</u>	<u>20</u>
	<u><u>244</u></u>	<u><u>107</u></u>